

## **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico<sup>1</sup>**

Rosalina Burgos

AGB – São Paulo

Universidade de São Paulo

rburgos@usp.br

### **Apresentação**

Partimos do questionamento sobre as transformações recentes das periferias urbanas da metrópole paulistana no contexto do mundo do trabalho em crise. Entendemos que a reestruturação produtiva, atrelada às reformas do Estado (políticas neo-liberais pós anos 70), conduz ao quadro sócio-econômico no qual a força de trabalho torna-se paulatina e massivamente supérflua nos processos produtivos.

Porém, ao analisarmos as periferias urbanas, historicamente constituídas como territórios de sobrevivência da população pobre trabalhadora, podemos encontrar novas e reinventadas formas de exploração da força de trabalho.

Neste contexto, identificamos a estruturação da indústria da reciclagem, a qual vem se erguendo sob os imperativos das políticas neo-liberais pós anos 70, no que tem lugar a própria reestruturação produtiva e as reformas do Estado. No âmbito deste complexo período de transformações sociais, econômicas e políticas, o Terceiro Setor (a sociedade civil organizada) se fortalece e se consolida enquanto parte integrante do Estado em reforma.

De modo emblemático, o denominado Terceiro Setor da indústria da reciclagem vem atuando tanto na plataforma das políticas públicas para gestão integrada dos resíduos sólidos, quanto para o ajuste da base da indústria da reciclagem. Nisto se destaca a formação de cooperativas de catadores, em consonância com os imperativos das empresas recicladoras e consumidoras desta nova matéria-prima.

A indústria da reciclagem se faz presente nos interstícios do espaço urbano, sobretudo nos territórios empobrecidos, seja nos centros urbanos ou nas periferias da metrópole. Neste contexto, os catadores - trabalhadores sobrantes oriundo dos mais diversos setores produtivos - vêm sendo arregimentados para as atividades que integram a base das cadeias produtivas desta indústria em processo de estruturação.

Assim, a indústria da reciclagem substitui o “chão da fábrica” pelo “chão dos catadores” – território de uso tanto para o catador em sua prática sócio-espacial quanto para a própria indústria, revelando aspectos fundamentais do processo de transformação recente das periferias urbanas da metrópole de São Paulo.

### **Periferia, periferias: revisitando o mesmo tema**

A expressão *periferias urbanas*, assim no plural, aponta para o entendimento de que no período recente da urbanização, a periferia – distante, confinada, consolidada, mas ainda em contínua formação, já não se apresenta tão homogênea como no período de sua formação em São Paulo, sobretudo a partir dos anos 40, seja no nível da paisagem ou em relação aos seus conteúdos sócio-espaciais. Processo que foi entendido como padrão periférico de crescimento (Kowarick, 1979), na forma de inúmeros loteamentos periféricos (Bonduki, 2001), no processo de periferização da população trabalhadora (Seabra, 2003), com casas auto-construídas, sem infra-estrutura, cuja homogeneidade está expressa em muitas metáforas como “mar de casas”, “tecido que prolifera”, entre outras.

Deste processo, as periferias urbanas tornaram-se expressões mais complexas e completas da denominada urbanização crítica (segundo estudos de Amélia Damiani, 2004;2006) contendo as marcas de continuidade e aprofundamento das relações de expropriação, de exploração, e de espoliação urbana, sempre repostas na produção e reprodução do espaço urbano.

O espaço urbano, em linhas gerais, pôde ser explicado e compreendido segundo o modelo espacial centro-periferia. Este entendimento marca as formulações teóricas acerca dos padrões periféricos de urbanização, de modo particular sobre o processo de metropolização da cidade de São Paulo, na segunda metade do século XX.

Entretanto, parece necessário não nos limitarmos a esta forma de explicação. Nas duas últimas décadas (passagem do século XX para o XXI), a dualidade presente na concepção espacial centro-periferia parece ceder lugar a arranjos e padrões espaciais muito diversificados, ainda que outros modelos, tais

---

1 Eixo Temático 5: Dinâmica Urbana

como o das *global cities* indiquem nova dualidade ou polarização da estrutura socioespacial. Contudo, muitos são os esforços empreendidos no sentido de uma melhor compreensão, ou mesmo de superação, sobre o entendimento da realidade urbana. Neste contexto, surgiram novas noções que buscam explicar as mudanças no processo de urbanização. Algumas mantêm a essência dos termos, embora já sugiram rupturas sobre o modo de pensar o espaço urbano. Noções como *peri-urbanização*, *hiper-periferia*, *poli-centralidades* são formuladas na tentativa de explicar uma realidade urbana cuja complexidade se expressa sobretudo como heterogeneidade. Fragmentação, separação, segregação, mas também como simultaneidade, encontro e reunião das diferenças. Neste sentido, trata-se de um padrão espacial de profunda heterogeneidade, produto das contradições de uma sociedade urbana que reproduz, amplia e aprofunda os fundamentos da desigualdade social sobre os quais se ergue. É o que podemos encontrar tanto no âmbito de uma nova abordagem no campo da sociologia urbana, que de alguma forma parece propor uma revisão da literatura consolidada, ou mesmo no campo da geografia, que mantendo uma abordagem crítica busca desvendar a urbanização do período atual. Neste sentido, nosso percurso teórico apresenta uma reflexão sobre o conceito de periferia urbana, partindo do entendimento de que há uma profunda complexização da relação centro-periferia, a qual é mantida, porém transformada no contexto da metrópole. Aqui fazemos uso, sobretudo, da noção de *periferias urbanas*, trazendo ainda à discussão a noção de *urbano periférico*, a qual procuramos desenvolver e apresentar no escopo de nossa pesquisa.

### **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: moradia e trabalho**

As transformações recentes das periferias urbanas da metrópole paulistana, no contexto da sociedade do trabalho em crise, é o ponto de partida para os questionamentos que mobilizam esta pesquisa. Entendemos que a reestruturação produtiva, atrelada às reformas do Estado (políticas neo-liberais pós anos 70), conduz ao quadro sócio-econômico no qual a força de trabalho torna-se paulatina e massivamente supérflua nos processos produtivos.

Ao analisarmos as periferias urbanas, historicamente constituídas como territórios de sobrevivência da população pobre trabalhadora, podemos encontrar novas e reinventadas formas de exploração da força de trabalho. É neste contexto que situamos as atividades que vêm sendo engendradas para a sobrevivência nas próprias periferias urbanas, para além de sua função essencialmente destinada à moradia, historicamente necessária à reprodução da força de trabalho.

Algumas pesquisas dedicadas aos estudos urbanos, sob a perspectiva do espaço, demonstram como no período de 1940 a 1970, as periferias urbanas foram produzidas, sobretudo, pela produção doméstica da habitação (sistema de auto-construção da moradia) nos inumeráveis loteamentos populares, vários deles sob o binômio loteamento-ônibus (Langenbuch, 1971), correlato ao binômio subúrbio-estação.

Tornaram-se a forma predominante do padrão periférico de urbanização, numa lógica espacial estruturada em função do deslocamento de trabalhadores dos “bairros dormitórios” para os locais de trabalho. Outras formas de moradia, ligadas à pobreza urbana também estão historicamente presentes no espaço da metrópole, como os cortiços e as favelas, estas últimas em ritmo crescente em direção ao término do período considerado. A partir da década de 70, sob o regime militar, predominaram as políticas habitacionais que deram origem a inúmeros e enormes conjuntos habitacionais, sem contudo conterem a “auto-construção” e a favelização, que permanecem na atualidade como continuidade da desigualdade social deste processo histórico.

Nas últimas décadas, a função até então essencialmente residencial da periferia distante – muitas vezes qualificada como “dormitório” como já assinalamos, passou a comportar um diversificado e capilar setor informal, conjugando as funções de moradia e de trabalho (definido também como atípico, precário), constituindo novas ou reinventadas formas de emprego do tempo e uso do espaço. Isto não significa que estas práticas não existissem antes nestes espaços periféricos. Ao contrário, o trabalho informal (no qual se insere o conjunto de atividades realizadas pelos catadores de materiais recicláveis como veremos) está presente desde a gênese da formação do mercado de trabalho urbano em São Paulo. Porém, não podemos negligenciar as mudanças quantitativas e qualitativas deste quadro nas últimas décadas. Por outro lado, tal situação se insere no decurso da consolidação do Estado nacional e desenvolvimentista, num contexto em que se estabelece a base jurídica da relação capital-trabalho (com a Consolidação das Leis Trabalhistas), além do fortalecimento dos sindicatos numa sociedade estruturada em classes, com uma larga base constituída por população trabalhadora assalariada.

Assim, tanto o *trabalho assalariado urbano na industrialização restringida (1930-1954)* quanto o

trabalho assalariado sob a *industrialização pesada (1955-1980)*, antecedem o quadro de *massificação do desemprego* posterior ao desenvolvimento do *fordismo periférico* na cidade de São Paulo (Pochmann, 2001). E é em relação a esta estrutura produtiva industrial, assentada no trabalho assalariado que demanda força de trabalho em massa, que recairá a reestruturação produtiva. Em relação ao acirramento da pobreza urbana derivada deste último período, as atividades no denominado setor informal têm possibilitado a sobrevivência de um contingente populacional sem precedentes, oriundo da classe trabalhadora, massivamente desempregada, mas que reproduz fora das fábricas, e no seu próprio território, processos de trabalho inseridos num circuito inferior que se vincula ou é diretamente mantido por curiosos nexos com o circuito superior da economia urbana (Santos, 2004). O binômio “bairro dormitório – local de trabalho” vem sendo conjugado num só espaço, justamente sob domínio do *urbano periférico*, noção que vem sendo formulada no desenvolvimento desta pesquisa.

### **Periferias urbanas da metrópole do trabalho em crise**

Entendemos que as transformações recentes dos conteúdos das periferias urbanas estão numa relação direta com as mudanças processadas no mundo do trabalho nas décadas finais do século XX e início do século XXI. De acordo com os objetivos deste estudo, consideramos a reestruturação produtiva e as reformas do Estado (políticas neo-liberais, pós anos 70) com o desemprego correlato, cujas implicações repercutem sobretudo na vida do trabalhador pobre urbano.

É neste contexto que situamos as atividades que vêm sendo engendradas para a sobrevivência nas próprias periferias urbanas, para além de sua função essencialmente voltada à moradia (o que deu sentido à noção de bairros dormitórios), historicamente necessária à reprodução da força de trabalho.

Estudos importantes, como é o caso de “Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914” (Pinto, 1984), mostram-nos que estas práticas estão presentes no processo mesmo de urbanização, desde os primórdios da industrialização que jamais absorveu todo o contingente de força de trabalho concentrado nesta metrópole. O trabalho informal que, como adverte Silveira (2004), não se confunde exatamente com o circuito inferior da economia, está presente em São Paulo desde tempos remotos: na gênese e desenvolvimento da formação do mercado de trabalho livre neste país (Pinto, 1984), ganhando maior visibilidade no contexto atual (Pochmann, 2001; Antunes, 1999). Ou seja, em São Paulo sempre se reproduziu, no cerne mesmo do processo de industrialização-urbanização-metropolização, um contingente populacional ocupado em atividades não-formais em crescente diversificação, num fenômeno próprio ao desenvolvimento capitalista.

Dentre as diversas atividades observadas, encontra-se o conjunto de atividades que corresponde ao processo de trabalho realizado na base da indústria da reciclagem, em plena estruturação.

### **A noção de urbano periférico**

Ao considerarmos a relação centro-periferia, mantida e reproduzida na policentralidade da metrópole com suas heterogêneas *periferias urbanas*, chegamos à noção de *urbano periférico*. Mais do que uma inversão formal dos termos (de periferia urbana para urbano periférico) trata-se da necessidade de enfatizar o urbano. Daí os termos invertidos, sem contudo negar a relação centro-periferia.

A periferia é urbana, porém sob a condição de um urbano periférico, próprio da sociedade urbana em curso: esta é a nossa urbanização. Dramaticamente vivida pelos trabalhadores pobres urbanos, massivamente transformados em consumidores sem poder de consumo, monetarizados sem salário e sem emprego. É a possibilidade estrangida do urbano; o urbano negado aos pobres (com base nos estudos de Damiani, 2004; 2006) senão em sua negatividade, no decurso mesmo da reprodução capitalista. Na forma do urbano está a simultaneidade (segundo Lefebvre), onde estão em complementaridade e conflito, o catador e a indústria da reciclagem (trabalho sobrando – capital produtivo), realizando-se nos territórios empobrecidos da metrópole, onde o urbano periférico é desvelado, mas sem suprimir a diferenciação, nem a situação geográfica de estar no centro ou na periferia.

A noção de urbano periférico, sem negar o estatuto teórico da relação centroperiferia, busca explicar o que vem sendo investigado como o “em comum” (isotopias) ao centro e à periferia (heterotopias). Tal noção se estende tanto ao “chão do catador” (nível do vivido, especificamente urbano, onde trabalha e vive o catador) quanto aos “territórios da escassez da riqueza neles socialmente produzida” (que se

reporta ao nível mais geral, das instituições e empresas, e que no entanto se inscreve no nível do vivido), entendidos em sua simultaneidade, convergência, conflito (expressão formal do urbano).

O urbano periférico, já entendido como presente seja no centro ou na periferia, é próprio do nível especificamente urbano (Lefebvre, 1999). Por isso a ênfase no urbano. Mas por que adjetivado de periférico? Porque se refere ao urbano sempre incompleto. Em nossa pesquisa, refere-se ao urbano sempre aberto à (re)inserção do trabalho que sobra, arregimentado pelas frentes de expansão e acumulação (às vezes primitiva) do capital.

No aniquilamento do espaço pelo capital, se sobrepõe a luta por territórios no próprio urbano. O que, por sua vez, corrobora a idéia de que tanto no centro quanto na periferia, os pobres urbanos buscam sobreviver em atividades inscritas no *urbano periférico*.

### **Repensando a relação centro-periferia**

A negatividade exacerbada que pesa sobre o cotidiano vivido pelos pobres sem trabalho, na metrópole do trabalho em crise, não chega ao ponto de superar as contradições, no sentido do devir. Se por um lado, a negatividade do urbano pode ser mais profunda na periferia urbana, por outro, o *déficit* de negatividade sendo maior no centro, faz com que os territórios empobrecidos, nele inscritos, estejam sempre na eminência de serem suprimidos, a exemplo do que ocorre com a Operação Urbana.

As implicações da crise do trabalho sobre as condições de vida nas periferias urbanas sugerem, ao menos, que consideremos este novo contexto na problematização da relação centro-periferia. Por ora, partimos da idéia de periferias urbanas (e não de uma periferia situada em relação a um centro, mas buscando ir além da noção de periferia que guarda o atributo do fora, do distante), ainda sob um raciocínio especulativo sobre o urbano periférico.

A centralidade da reprodução do capital, que comanda a produção do espaço urbano, mantém e repõe os termos da relação centro-periferia. A simultaneidade da expansão e acumulação do capital, conjugadas à escassez da riqueza socialmente produzida (a manutenção dos territórios empobrecidos) está presente tanto nas longínquas periferias quanto nos centros históricos. Isto implica em que lidemos com o mais arcaico (o trabalho que sobra, a pobreza) e com o mais moderno (a indústria nova como novo ramo da divisão do trabalho). Neste sentido, os fundamentos da desigualdade ao se reproduzirem levam ao aprofundamento das separações, enfim, aos termos da barbárie inscritos no *urbano periférico*.

Ainda assim a velha oposição centro-periferia é frequentemente reposta nos discursos e até nas práticas dos agentes que atuam na produção da cidade. Esta reposição vez por outra vem a tona, porque há de fato uma distinção muito objetiva entre o que é o centro mesmo e aquilo que é a periferia. A diferença está, fundamentalmente, na massa de capital concentrado no centro, mesmo que este esteja bastante deteriorado.

### **O processo de trabalho inscrito na base da indústria da reciclagem**

De um modo geral, o processo de trabalho que constitui a base da indústria da reciclagem é formado por um conjunto de atividades realizada pelo catador, tais como a catação, o transporte (com carroças), a triagem, prensagem e o enfardamento de materiais recicláveis, entre outras.

Vejamos como a base desta indústria vem sendo organizada em termos espaciais, sobretudo na relação centro-periferia no contexto da metrópole de São Paulo. Por um lado, este conjunto de atividades é marcante nos centros urbanos (histórico, comercial, de negócios), em razão da concentração, qualidade e quantidade elevadas de resíduos sólidos neles produzidos, além da presença expressiva de moradores de rua e desempregados reunidos em associações e cooperativas de reciclagem, gerenciadas por instituições filantrópicas, religiosas ou laicas, geralmente vinculadas ao Terceiro Setor.

Por outro, tais atividades também se difundem pelas vastas periferias urbanas, nas quais são produzidos resíduos sólidos domiciliares em extensão, disputados por desempregados que se tornam catadores, sem alternativas de aquisição de algum dinheiro para a sobrevivência ordinária (em seu duplo sentido). Também observamos a presença expressiva de associações, cooperativas ou grupos de catadores, além dos comerciantes denominados atravessadores (tais como ferros-velhos, sucateiros, depósitos). Enfim, nas periferias urbanas podemos encontrar os diversos agentes que atuam diretamente no processo de trabalho inserido na base da indústria da reciclagem.

Assim, nosso objeto exige um raciocínio que contemple esta situação: o “em comum” *tanto no centro quanto na periferia*, ou ainda, *no centro e na periferia propriamente ditos*, como passamos a enunciar. Mas não se trata de qualquer lugar do centro ou das periferias, já muito heterogêneas (a exemplo dos

inúmeros condomínios fechados de alto padrão incrustados nos extremos territoriais da metrópole), pondo a necessidade da diferenciação: o conjunto de atividades que integram a base da indústria da reciclagem encontrava-se sobretudo nos *territórios empobrecidos* da metrópole. Territórios tanto para o catador em sua prática espacial, como para a própria indústria da reciclagem.

### **O “chão dos catadores” na base da indústria da reciclagem**

Seja nos centros ou nas periferias, parte significativa do processo de reciclagem acontece longe da indústria propriamente dita, pondo o catador de materiais recicláveis num processo de trabalho situado fora do “chão da fábrica”. Por outro lado, a estruturação deste setor contraditoriamente vem repondo os termos da relação capitaltrabalho, vivificada pela exploração da força de trabalho no processo de acumulação e expansão do capital, viabilizando sua reprodução.

Indústria da reciclagem... quem são seus operários? De fato, o catador não o é na acepção correta do termo. Mas sob determinada perspectiva ele o corresponde, substituindo-o. O catador é trabalho sobrando que experimenta – sob a condição de tal, uma (re)inserção produtiva nas atividades do processo de reciclagem, justamente porque tais atividades integram uma estrutura industrial que se ergue já em consonância (ou conformidade) com a reestruturação produtiva, no que também se insere a formação das cooperativas.

Ou seja, tal indústria arregimenta o trabalho sobrando, que ao ser mantido nesta condição, permite que a mesma se realize sem o correspondente contingente de operários, o que evidentemente os catadores não são (como já assinalado). Assim, de um lado, a indústria da reciclagem se faz presente-ausente na figura do catador. Por outro, na ausência de operários (trabalho produtivo) “no chão da fábrica” (para as etapas iniciais do processo de reciclagem: triagem, prensagem, enfardamento, entre outras), está presente o trabalho pretérito (consumido justamente nas etapas anteriormente referidas realizadas pelos catadores) consubstanciado nos resíduos que chegam à indústria em estágio já adiantado de seu processamento. Portanto, a contradição fundante está na relação “capital (produtivo) – trabalho (sobrando)”, dissimulada pelos curiosos nexos tecidos no âmbito do capital comercial, onde atuam os atravessadores que compram para vender mais caro (comerciantes situados entre o catador e a indústria), com os quais o catador realiza a venda (troca simples) dos materiais por ele coletados.

Por fim, nas periferias urbanas, seja na periferia propriamente dita ou nas áreas centrais empobrecidas - no urbano periférico, vamos encontrar “o chão dos catadores”: territórios de uso instaurados pela prática espacial do catador, engendrada no processo de estruturação da indústria da reciclagem.

Além do verdadeiro exército de catadores presentes nas ruas das cidades e nos lixões existentes em todo o território brasileiro, vêm crescendo o número de cooperativas de reciclagem que organizam o processo de trabalho na base das cadeias produtivas. É importante destacarmos que as cooperativas de catadores constituem a forma ideal no ajuste da própria estruturação da indústria da reciclagem, pois respondem ao requisito de disponibilizar materiais recicláveis em quantidade, qualidade e frequência necessárias ao seu perfeito funcionamento. Além disso, representam para empresários e governos a possibilidade de atuação no âmbito da responsabilidade social empresarial (RSE), com projetos e negócios segundo o novo paradigma do desenvolvimento sustentável, com as promessas de inclusão social e geração de trabalho de renda... Assim, esta pesquisa busca contribuir para o desvendar da relação de exploração dissimulada por discursos e práticas envolvidos na estruturação desta nova indústria.

### **A (re)inserção produtiva do trabalhador sobrando na base da indústria da reciclagem**

Esta pesquisa está centrada na análise da estruturação da indústria da reciclagem. Mais especificamente sobre o conjunto de atividades que integram a base das cadeias produtivas desta nova indústria. Tais atividades se realizam nos interstícios do espaço urbano, sobretudo nos territórios empobrecidos, seja nos centros urbanos ou nas periferias da metrópole. Por um lado, este conjunto de atividades é marcante nos centros urbanos (histórico, comercial, de negócios), em razão da concentração, qualidade e quantidade elevadas de resíduos sólidos neles produzidos, além da presença expressiva de moradores de rua e desempregados reunidos em associações e cooperativas de reciclagem, gerenciadas por instituições filantrópicas, religiosas ou laicas, geralmente vinculadas ao Terceiro Setor. Por outro lado, tais atividades vêm se difundindo cada vez mais pelas vastas periferias urbanas, nas quais são produzidos resíduos sólidos domiciliares em extensão, disputados por desempregados que se tornam catadores. Também observamos a presença expressiva de associações, cooperativas ou grupos de catadores, além

dos comerciantes denominados atravessadores (tais como ferros-velhos, sucateiros, depósitos). Enfim, nas periferias urbanas podemos encontrar os diversos agentes que atuam diretamente no processo de trabalho inserido na base da indústria da reciclagem.

Assim, os resíduos do consumo – ou simplesmente lixo (matéria sobre a qual o catador se debruça, para dele retirar os materiais a serem reciclados) são gerados em toda a extensão do espaço urbano, de forma concentrada no centro e de forma estendida na periferia. Porém, tão logo os resíduos sejam descartados, devem ser encaminhados, o mais rápido possível, para seu destino final. No caso da reciclagem, antes de chegar à empresa recicladora (tornando-se matéria-prima para os processos produtivos) os resíduos devem ser desviados para locais que antecedem seu envio à indústria, tais como cooperativas de reciclagem, depósitos, ferros-velhos, entre outras modalidades, geralmente localizados em territórios empobrecidos, noção espacial e sociológica, pois são territórios cuja qualidade em comum é a condição social da pobreza.

A forma urbana permite que a indústria da reciclagem esteja presente onde mais pareça ausente e distante. Esta indústria arregimenta um exército de trabalhadores sobrantes que se tornam catadores, sem retirá-los da informalidade, fazendo-se presente em meio ao desemprego resultante da própria reestruturação produtiva. O processo de trabalho que corresponde à base da indústria da reciclagem é espacialmente pulverizado: seus “operários” não trabalham concentrados em unidades fabris ou predominantemente em cooperativas incubadas pelas consultorias do *seu* Terceiro Setor.

Ao menos meio milhão de pessoas percorrem os arranjos mais finos dos espaços urbanos, catando em avenidas, ruas, calçadas, passeios públicos, no comércio e em domicílios residenciais. A indústria da reciclagem estende seus tentáculos, instalando-se sob viadutos e pontes, fundos de quintais e garagens, terrenos baldios públicos e privados, onde quer que a pobreza possa dar lugar à formação e expansão dos seus negócios. Inclusive sob a forma da acumulação primitiva, na expropriação-exploração-espoliação dos catadores, enquanto se apropria dos territórios empobrecidos das periferias urbanas da metrópole de São Paulo.

O conjunto de atividades realizadas pelos catadores na base da indústria da reciclagem aparece como separado do processo produtivo, mas pode ser entendido como trabalho que produz valor (mais-valia). Isso porque a indústria da reciclagem não somente economiza capital constante na aquisição de matéria-prima mais barata (os materiais reciclados). Temos que considerar que tal matéria-prima é mais barata justamente porque nela está o trabalho não pago ao catador (capital variável). Portanto, a contradição fundante está na relação capital (produtivo)-trabalho (sobrante), dissimulada pelos curiosos nexos tecidos no âmbito do capital comercial, onde atuam os atravessadores (comerciantes de diversos portes situados entre o catador e a indústria), com os quais o catador realiza a venda dos materiais por ele coletados, sistematicamente numa situação de exploração, pois os comerciantes praticam o mecanismo de comprar mais barato para revender mais caro aos grandes aparistas ou diretamente à indústria recicladora.

### **O Terceiro Setor da indústria da reciclagem**

No âmago deste complexo período de transformações sociais, econômicas e políticas, o Terceiro Setor (a sociedade civil organizada) se fortalece e se consolida como parte integrante do Estado em reforma. De modo emblemático, o denominado Terceiro Setor da indústria da reciclagem vem atuando tanto na plataforma das políticas públicas para gestão integrada dos resíduos sólidos, quanto para o ajuste da base da indústria da reciclagem, segundo interesses diversos e conflitantes, sob os imperativos das empresas recicladoras e consumidoras desta nova matéria-prima.

O poder público, responsável pela gestão dos resíduos sólidos produzidos no âmbito das municipalidades, bem como pela elaboração de políticas públicas nas esferas estaduais e nacional, representam e fazem cumprir os interesses empresariais no processo de estruturação deste setor industrial. Na construção destas políticas, o Terceiro Setor têm se apresentado com um papel de destaque, na realização de fóruns e plataformas de discussão que congregam sociedade civil, poder público e iniciativa privada para legitimar e consolidar a legislação que disciplina a gestão dos resíduos sólidos, subsidiando o funcionamento das cadeias produtivas e do mercado de materiais recicláveis.

Neste processo, forma-se um mercado que anuncia novas e excelentes oportunidades de negócios ambientais e empreendimentos sociais, cujas mercadorias vão além dos materiais recicláveis transformados em matérias-primas ou novos produtos que ganham o rótulo de ecológicos (papéis recicláveis para dar apenas um exemplo). Instaure-se a possibilidade de novos investimentos no próprio

setor produtivo, em infra-estrutura (com as novas linhas de processamento dos recicláveis) ou logística (consultorias sobre logística reversa, coleta seletiva, etc.), ou ainda na própria organização desta nova divisão do trabalho, tendo aí lugar as consultorias do Terceiro Setor. Além de executarem projetos financiados com recursos públicos e/ou privados, atuam em perfeita consonância com as reformas do Estado, bem como aquelas que versam sobre as leis trabalhistas, pois o modelo a ser consolidado é o das cooperativas.

Desde o final da década de 80, vem se intensificando um processo de enquadramento da catação propriamente dita, e das demais atividades a ela associadas, à formalização e institucionalização da base da indústria da reciclagem. Para analisarmos este processo, partimos do reconhecimento dos principais agentes nele envolvidos: Estado (prefeituras e demais instâncias), Terceiro Setor (ONG's e OSCIP's que atuam no âmbito da indústria da reciclagem), empresa privada (indústrias recicladoras e/ou consumidoras da matéria-prima "materiais recicláveis"), comerciantes (sucateiros, ferros-felhos, depósitos, etc.), e os catadores (trabalho sobrando oriundo dos mais diversos setores produtivos), em suas relações e mediações.

Neste sentido, o Terceiro Setor da indústria da reciclagem atua nas demandas de organização dos catadores em cooperativas que vendam os materiais recicláveis diretamente para a indústria, obtendo melhores preços. Nesta perspectiva, as indústrias representam possíveis e desejáveis parceiras investidoras na formação de cooperativas de catadores que, se por um lado proporciona aos catadores melhores preços para os materiais coletados e pré-beneficiados por eles (triagem, prensagem, enfardamento, entre outras atividades), por outro resulta somente em vantagens para a própria indústria, tais como certificações de projetos no âmbito da Responsabilidade Social e Ambiental, garantia de quantidade e frequência de material de melhor qualidade, uma vez que as referidas cooperativas contam com as consultorias das ONG's, que muitas vezes desenvolvem projetos financiados pelas próprias indústrias, oferecendo desde capacitações para os cooperados, à gestão administrativa e logística dos negócios.

Ademais, tais iniciativas são representadas como "casos de sucesso", e servem de efeito demonstração no mercado da Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Neste contexto, a investigação se deparou com discursos e ações que justamente dissimulam a exploração inerente à relação capital-trabalho, pela mediação destes projetos articulados às políticas públicas de "gestão dos resíduos sólidos com inclusão social". O que, por sua vez, se insere no nível mais amplo das políticas neo-liberais das reformas do Estado, que se propõem à gestão da pobreza urbana, tema reposto por uma nova linguagem compartilhada em consenso pelas parcerias público-privadas (as chamadas PPP's). Portanto, a atuação do Terceiro Setor da reciclagem está, direta ou indiretamente, direcionada ao objetivo de que a base da indústria da reciclagem esteja em condições de atender às demandas exigidas pela própria indústria.

Assim, no início e no decurso da investigação, encontramos o processo de formação de cooperativas de "catadores". Catadores entre aspas porque neste processo participam trabalhadores sobrando dos mais diversos setores produtivos, os quais já são, ou não, catadores. Neste sentido, ocorre que nem sempre o cooperado que é denominado catador, já realizou a atividade da catação que o define. Neste caso, o cooperado é a abstração do catador. A cooperativa de catadores emerge, no decurso da investigação, como face da própria reestruturação produtiva e do mundo do trabalho em crise, no contexto das políticas neo-liberais implicadas nas reformas do Estado (e das leis trabalhistas), da qual participa o Terceiro Setor. Este último, atuando intensivamente na elaboração e implantação de políticas públicas, no cerne das quais se consolida o modelo (ou novo paradigma) da gestão dos resíduos sólidos com inclusão de cooperativas de catadores. Cooperados (formalizados pelo estatuto jurídico da cooperativa) e catadores avulsos (mantidos em sua informalidade) aparecem em pólos opostos, cuja contradição sugere – é uma hipótese, conflitos. Haverá superação? Qual? O quadro é crítico. Se há alguma verdade no pressuposto de que estas políticas fomentem um lugar no mercado para os pobres, por outro lado, o que encontramos é a própria pobreza consubstanciada em mercadoria dos projetos elaborados e executados, sobretudo, pelas denominadas PPP's. Portanto, a pobreza das periferias urbanas ganha nova qualidade: ela é nova mercadoria vendida em projetos que anunciam soluções para geração de trabalho e renda.

As relações e mediações estratégicas que estruturam a indústria da reciclagem têm sido ditadas por interesses diversos, convergentes e divergentes, cujo consenso reside na obtenção de lucros, mesmo com a plena participação das organizações sem fins lucrativos que atuam na formação de cooperativa de catadores. Portanto, trata-se de desvendar as estratégias que definem os arranjos produtivos, que

potencializam a expansão deste setor, viabilizando a acumulação capitalista. Numa posição de centralidade, estão os grandes empreendedores interessados nos negócios envolvidos nas cadeias produtivas da reciclagem. Mas também instituições bancárias e fundações, que investem recursos em projetos de ONG's e entidades filantrópicas que atuam na formação de cooperativas de catadores que, como já assinalado, correspondem ao formato mais ajustado à estruturação do setor.

Por fim, devemos ressaltar que o discurso, de um modo geral, ornamenta as práticas; não é em si falso ou verdadeiro. Esta pesquisa procura as práticas, mas parece não poder negligenciar os discursos, exatamente porque estão sendo justificativos de uma situação real (de certa forma nova) de aprofundamento da divisão do trabalho, em pleno mundo do trabalho em crise.

## BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2006. [1999]

ARANTES, Paulo Eduardo. *Esquerda e Direita no espelho das ONG's*. Cadernos ABONG, nº27, em maio de 2000.

BARELLI, Walter. *És o avesso do avesso* In Revista Estudos Avançados. 17 (47), São Paulo: IEA, 2003. Pp. 07-19

BONDUKI, Nabil. *Depoimento*. Periferia Revisitada. Revista Espaço & Debates, ano XVII, n.42. São Paulo: Neru, 2001. Pp. 92-99 [Entrevista]

DAMIANI, Amélia Luisa. *Urbanização crítica e situação geográfica* In CARLOS, A.F.; Oliveira, A.U. (orgs.). *Geografia de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004.

DAMIANI, Amélia Luisa. *Urbanización crítica: periferias urbanas – elementos a considerar en el camino de la comprensión de la ciudad como sujeto* In CARLOS, A.F.A.; CARRERAS, C. (orgs.) *Barcelona y São Paulo cara a cara: procesos metropolitanos a la hora de la globalización*. Barcelona: Editorial Davinci, 2006. Pp. 169-184

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. RJ: Paz e Terra, 1979.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. [1ª impressão]

LEGASPE, Luciano Rodrigues. *Reciclagem: a fantasia do eco-capitalismo – um estudo sobre a reciclagem promovida no Centro da cidade de São Paulo observando a economia informal e os catadores*. Dissertação apresentada ao Depto. Geografia – FFLCH/USP. São Paulo, 1996.

MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. Tese. Depto. História, FFLCH/USP, 1984.

POCHMANN, Marcio. *A metrópole do trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2004. [1979]

SEABRA, Odete C. de Lima. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. Tese de Livre-Docência. Depto. Geografia, FFLCH/USP, 2003.

SILVEIRA, Maria Laura. *São Paulo: os dinamismos da pobreza* In Carlos, A.F.A. e Oliveira, A.U. de (orgs.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo, Editora Contexto, 2004. Pp. 59-71